

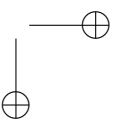
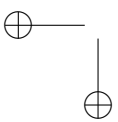
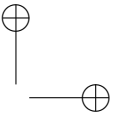
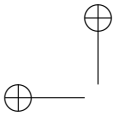
DA RAZÃO



Charles Péguy

Tradutor:
Artur Morão

www.lusosofia.net





LUSOSofia:press

FICHA TÉCNICA

Título: *Da Razão*

Autor: Charles Péguy

Tradutor: Artur Morão

Colecção: Textos Clássicos de Filosofia

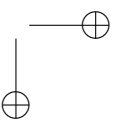
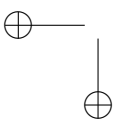
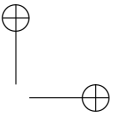
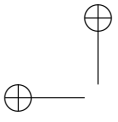
Direcção da Colecção: José Rosa & Artur Morão

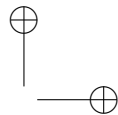
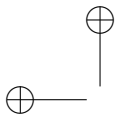
Design da Capa: António Rodrigues Tomé

Paginação: José Rosa

Universidade da Beira Interior

Covilhã, 2009





Apresentação

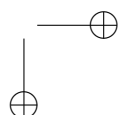
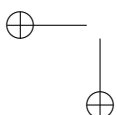
Eis um texto que vale bem um pequeno tratado¹. É, de certo modo, um canto à razão, escrito em prosa. Não incensa os altares do racionalismo e do idealismo; não apregoa o acromatismo ou desbotamento ontológico, o universo neutro e monista vislumbrado por algumas falanges empiristas e positivistas com seus delírios reducionistas; nada apresenta também dos sintomas de uma razão atrofiada, de feição pós-moderna. Confessa tão-só uma fé básica na razão enquanto discernimento do homem probo, no seu poder e na sua força de transfiguração da existência, na riqueza das suas modalidades e expressões, na irreduzibilidade (e também na secreta convivência) dos seus múltiplos campos de exercício e de aplicação.

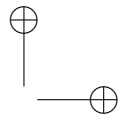
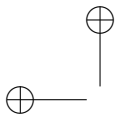
E nasceu da pena, não de um filósofo, mas de um poeta. Irrompeu do sentido da liberdade, da generosidade, da ânsia e da fome de emancipação, de alguém que – vítima da hecatombe da I Guerra mundial – aspira à “cidade harmoniosa” sem alienações ou dissídios (por exemplo entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre poder e verdade, entre autoridade e sensatez, entre elite intelectual ou tecnocrata e povo); que nem endeusa nem menospreza a razão, que a encara e apreça na variedade dos seus usos e dos seus produtos, na sua fecundidade múltimoda e plurifuncional, mas também sempre no seu dinamismo autógeno, empenhado e comprometido na dignidade do humano, na modéstia, na lhaneza e na coragem da sua coerência congénita e estruturadora da vida individual e colectiva.

Charles Péguy vive e expressa assim, a seu modo, o parentesco entre poesia e filosofia, de que fala A. N. Whitehead², realça o anelo derradeiro de independência plena, ínsito desde sempre nas

¹ A versão original do escrito “De la raison” encontra-se na “Bibliothèque de la Pléiade”: Charles Péguy, *Oeuvres en prose complètes*, I, édition présentée, établie et annotée par Robert Burac, Paris, Gallimard, 1987, pp. 834-853.

² A. N. WHITEHEAD, *Modes of thought* (1938), New York, The Free Press,





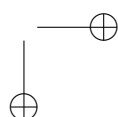
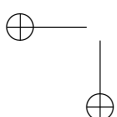
duas manifestações do espírito, que não são rincões à parte do quotidiano, mas preservam justamente o imperativo da liberdade de todos, no meio da trama das servidões atávicas que amachucam a nossa vida histórica.

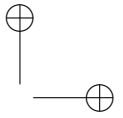
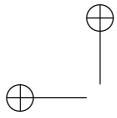
Escrito de ocasião, sem dúvida, exarado no contexto político da luta intensa pelo socialismo na França antes da I Guerra mundial, mas quão incisivo. Ritmado de boa retórica, de anáforas e assonâncias, de contrastes e paralelismos, pulsa de paixão e exsuda energia espiritual na crítica que assesta às máquinas institucionais sempre ávidas de domínio: o Estado, com o seu meneio autoritário; o militarismo obtuso que, se pudesse, a todos sujeitaria à obediência inerte do *perinde ac cadaver*; o movimento revolucionário que, contraditoriamente, acaba por deslizar para formas tradicionais ou criar um novo aparelho de tradição; a religião que, de mística, nem sempre resiste à tentação de descambar para a política; a massa gregária e, muitas vezes, ignara que vive de crenças jamais examinadas, elevadas, ainda por cima, à categoria de evidências e de fundamentos postremos; a casta intelectual, provocante, sôfrega de poder e de influência, cuja superintendência “pesaria sobre o mundo de forma mais opressora do que qualquer outra casta”.

De certa forma, as várias proposições nucleares de Péguy quase se poderiam estruturar e configurar em forma de ‘hino’ (!), e este soaria talvez assim:

*A razão não actua pela via da autoridade,
mas atende apenas aos seus meios.
Não vem da autoridade
nem do governo nem dos militares,
porque não é passiva.
A razão não descende da autoridade
religiosa nem histórica,*

1968, p.174: “A filosofia é afim à poesia., e ambas procuram expressar o derradeiro bom senso, que chamamos civilização. Existe, em cada caso, uma referência à forma, para lá dos significados directos das palavras.”

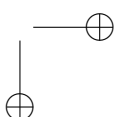
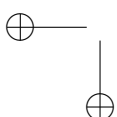


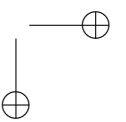
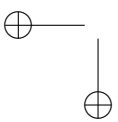
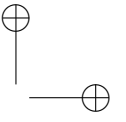
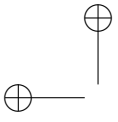


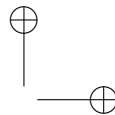
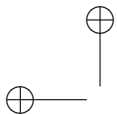
*porque vive tão-só do seu trabalho.
A razão não emana da autoridade
parlamentar nem demagógica,
porque não procede por votação,
não está sujeita à lei da maioria,
não é proporcional ao número.
A razão não procede das autoridades
nem oficiosas nem oficiais.
Não busca clientela,
não dimana do terror
nem da suspeita.
A razão não brota da popularidade fina e séria
das altas regiões da cultura.
Cultiva a colaboração e a cooperação,
não a rivalidade ou a emulação.
A razão não procede da pedagogia,
não impõe sistemas,
nem é toda a gente,
porque não adula o povo,
como não adulou os reis.
O interesse comum da razão e da humanidade
é que esta escute a voz da razão,
que se avalia a si
e a tudo o que também ela não é.
Contenta-se com ser razão.*

E assim por diante. Essencial é, sobretudo, o acento posto na sua capacidade iluminadora, discriminativa, “condição rigorosamente indispensável” para a emancipação humana, de todos os lados ameaçada: “Sem a razão, não podemos avaliar no seu justo valor tudo o que não é razão. E a própria questão de saber o que cabe à razão e o que não cabe à razão, só pelo trabalho da razão é que podemos levantá-la”.

Artur Morão







Da Razão

Charles Péguy

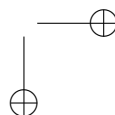
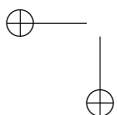
In *Cahiers de la quinzaine*, III, IV

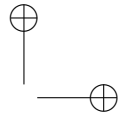
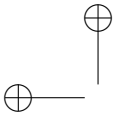
(05.12.1901)

Antes de analisar, por seu turno, estes estudos, antes de neles se ser introduzido pelo autor, é indispensável dar-se conta de que o autor apela tão-só para a razão. Isso é indispensável num tempo em que a razão tem, como quase nunca, tantos inimigos, que são perigosos, em que mais do que nunca tem falsos amigos, que são ainda mais perigosos. Há que chamar inimigos da razão aos dementes que exercem a sua demência contra a razão. E há que chamar falsos amigos da razão aos dementes que querem que a razão proceda pelas vias da irrazão.

A razão não procede pela via da autoridade. Como não admite de quem ensina nenhuma intimidação, chantagem nem ameaça, como não acolhe nenhum exercício de força, nenhum excesso de poder, nenhum poder, mandamento, abuso nem golpe de Estado, não presume naquele que é ensinado nenhuma cobardia. É, pois, trair a razão, é fazer desarraoar a razão querer garantir o triunfo da razão pelos meios da autoridade.

A razão não procede da autoridade governamental. É, pois, trair a razão querer garantir o triunfo da razão por meios governamentais. É subtrair-se à razão querer estabelecer um governo

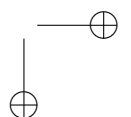
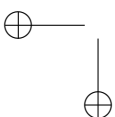


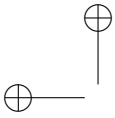


da razão. Não pode haver, não deve haver nem ministério, nem prefeitura, nem subprefeitura da razão, nem consulado, nem proconsulado da razão. A razão não pode, a razão não deve mandar em nome de um governo. Fazer ou deixar fazer por um prefeito buscas no aposento de uma professora primária, mesmo quando o prefeito fosse um prefeito republicano, mesmo quando a professora não fosse uma professora republicana, não é apenas atentar contra a liberdade, é atentar contra a razão. A razão não exige, a razão não quer, a razão não aceita que a defendam ou que a apoiem ou que actuem em seu nome pelos meios da autoridade governamental. Em nenhum sentido a razão é a razão de Estado. Toda a razão de Estado é uma usurpação desleal da autoridade sobre a razão, uma contrafacção, uma fraude.

Em particular, a razão não procede da autoridade militar. Ignora totalmente a obediência passiva. É trair a razão querer garantir a vitória da razão pela disciplina que constitui a força principal dos exércitos. É fazer desarraoar a razão ensiná-la pelos meios militares. A razão não exige, não aceita a obediência. Não se comanda em nome da razão como se comanda a manobra. Não há exército da razão, soldados da razão, e sobretudo não há chefes da razão. Nem sequer existe, para falar com propriedade, uma guerra da razão, uma campanha, uma expedição. A razão não faz a guerra ao desatino. Reduz, tanto quanto pode, o desatino por meios que não são os meios da guerra, porque são os meios da razão. A razão não faz assaltos; não forma colunas de ataque; não conquista posições; não força passagens; não faz entradas solenes; nem dorme como o vencedor militar no campo de batalha.

A razão não procede da autoridade religiosa. Foi necessária uma insanidade inaudita para ousar instituir o culto da deusa Razão. E se é possível desculpar uma insanidade no tempo de loucura, declaremos em alta voz: a fria repetição política desta insanidade, a comemoração concertada desta insanidade constitui o indício mais grave de incoerência ou de demência, de desatino. Não, a razão não procede pela via do culto. Não, a razão não quer altares. Não,

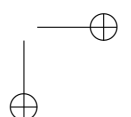
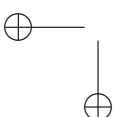


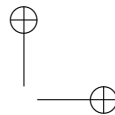
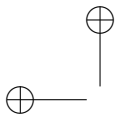


a razão não quer preces. Não, a razão não quer sacerdotes. É trair gravemente a razão, é fazer desarraoar gravemente a razão mascará-la de deusa, de farsa e música; é traí-la fabricar para ela festas religiosas, imitações em similitudo, com tudo o que é requerido. E até a admirável oração que Renan fez na Acrópole, depois de ter chegado a compreender a sua perfeita beleza, deixa de ter sentido algum, lida ou declamada no palco diante da multidão infundavelmente enganada.

Digamo-lo sem temor. E saibamos criar os inimigos que assim o desejarem. A razão não quer nenhuma Igreja. Não pode, não deve haver uma Igreja da razão. As práticas cerimoniais, culturais e rituais são totalmente estranhas à honestidade da razão. As práticas sobre-humanas, religiosas, infernais ou divinas, inumanas, são de todo estranhas à humanidade da razão. A razão é o homem probo. Não existe um clero da razão. Não renunciámos, não denunciámos as religiões de ontem para anunciar a religião de amanhã, para pregar uma religião nova. Somos irreligiosos de todas as religiões. Somos ateus de todos os deuses. No doloroso debate da razão e da fé, não abandonámos a fé pela fé na razão, mas pela razão da razão. A razão não admite nem profecias nem declarações nem proclamações – nem dogmas nem decretos dos concílios nem breves dos papas. E é enganar lamentavelmente o povo perpétuo apresentarlhe verdades da razão com o mesmo tom e do modo como se lhe anunciavam as pretensas verdades reveladas.

A razão não procede da autoridade parlamentar. Não depende nem das longas assembleias, que chamamos parlamentos, nem das assembleias curtas, que chamamos congressos. A razão não tem nem presidente, nem assessores, nem secretário, nem gabinete algum. Carece, muitas vezes, de estenógrafos. Nem sempre tem um processo verbal, um relatório. Não constitui um comité director. Não procede por votação. Não está sujeita à lei da maioria. Não é proporcional ao número. Muitos podem enganar-se. Pode acontecer que só um tenha razão. Pode até acontecer que nenhum tenha razão. A razão não varia com o número. Não adula as multidões

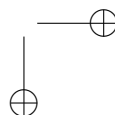
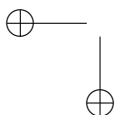


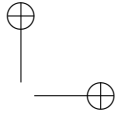
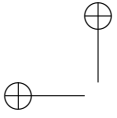


como também não adulava os grandes. Não adula mais os povos do que adulava os reis. Não adula mais as democracias do que adulava as monarquias ou as oligarquias. Sabemos que houve, no passado, longos tempos e vastas regiões em que a razão residia apenas em minorias, em unidades. Houve até nações em que a razão não residia. Ela ainda hoje se pode ausentar.

A razão não procede da autoridade demagógica. Sublevar as massas, comandar as multidões é um exercício de autoridade não menos estranho à razão do que juntar alguma maioria, comandar algum regimento. Estamos, hoje, sob o governo da demagogia muito mais do que sob o governo da democracia. Pesadamente nos governam os tribunais, os advogados e os jornalistas. Livre da monarquia, da oligarquia e da democracia, governos regulares, a razão é também livre da demagogia, governo de facto. Não está mais sujeita aos novos cortesãos do que o estava aos antigos. Nem as manifestações da rua nem as manifestações dos *meetings* se impõem ao olhar da razão. A razão não sobe para os palanques. Os movimentos das massas não pesam mais do que as revoluções de palácio. O povo abusado não pode fazer que a razão não seja a razão, e que o desatino se converta na razão. A multidão enganada não pode mais do que podia o monarca iludido. O povo não é soberano da razão.

A razão não procede da autoridade manual. Se é verdade que a razão não exerce nenhuma autoridade, verdade é também que o governo dos intelectuais seria o mais insuportável dos governos – verdade é, por seu turno, que a razão, que não aceita nenhuma autoridade, que não tolera nenhum governo, não aceita uma autoridade manual, não tolera um governo manual. É falsificar a razão imaginar, como sonhou Renan, um governo espiritual da terra habitada, um onipotente governo dos intelectuais. Uma república de pretensiosos não seria menos inabitável do que uma república de monges. Se a sua formação fosse permitida, uma casta intelectual seria mais irritante e pesaria sobre o mundo de forma mais opressora do que qualquer outra casta. Mas é também

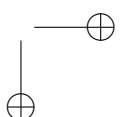
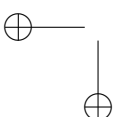


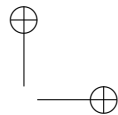
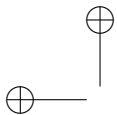


esquivar-se à razão amotinar contra os intelectuais sérios as autoridades grosseiras dos trabalhadores manuais pouco informados. A justiça, a razão, a administração do trabalho exigem que os intelectuais não sejam nem governantes nem governados. Que sejam modestamente livres, como toda a gente.

Na sociedade presente, em que o jogo da especialização se levou automaticamente ao excesso, as funções intelectuais e as funções manuais já quase nunca são atribuídas aos mesmos operários; os trabalhadores intelectuais enjeitam quase todo o trabalho das mãos; os trabalhadores manuais repudiam quase todo o trabalho do espírito, quase todo o exercício da razão. Na cidade harmoniosa, cujo nascimento e cuja vida preparamos, as funções intelectuais e as funções manuais repartir-se-ão harmoniosamente entre os mesmos homens. E a relação do intelectual ao manual, em vez de se estabelecer penosamente de indivíduo para indivíduo, estabelecer-se-á livremente no coração do mesmo homem. O problema será transposto. Porque nunca dissemos que haveríamos de suprimir os problemas humanos. Queremos apenas, e esperamos transpô-los do campo burguês, onde apenas podem receber soluções ingratas, para o terreno humano, livre finalmente das servidões económicas. Deixamos os milagres para os praticantes das antigas e das novas Igrejas. Não prometemos um Paraíso. Preparamos uma humanidade liberta.

Os chefes temerários e as multidões indiferentes, os dirigentes dirigidos, os candidatos e os eleitores acharão, sem dúvida, que este programa é insuficiente. Mas sabemos pela história da humanidade, pela história das ciências, das artes, da filosofia, que uma mudança de plano é um acontecimento, uma operação considerável. Em todos os géneros de trabalho estão abertos dois progressos. Pode, primeiro, avançar-se por evolução, prosseguindo no mesmo sentido. Mas chega quase sempre um momento em que o trabalhador tem a impressão de que o sentido está esgotado: nenhuma aplicação, nenhuma instância pode já tirar do real o que o real já não tem no sentido começado. Vidas inteiras consumidas

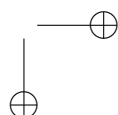
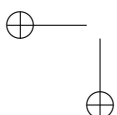


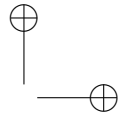
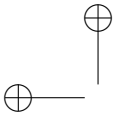


num trabalho ingrato já não renderiam o que custariam. E intervém então a revolução. Visto de outro lado, atacado por outro lado, o real recomeça bruscamente a transbordar. E, no entanto, o real é o mesmo que era. Mas já não é visto com o mesmo olhar, já não se vislumbra como o mesmo, já não é conhecido como o mesmo. Eis porque somos revolucionários. Queremos que a mesma humanidade atribua a si a liberdade nova.

Não desprezamos as humanidades passadas, não temos nem este orgulho, nem esta vaidade, nem esta insolência, nem esta imbecilidade, esta fraqueza. Não desprezamos o que de humano a humanidade apresenta. Pelo contrário, queremos conservar o que de humano tinham as antigas humanidades. Queremos salvar o que de humano a humanidade ostenta. Evitamos sobretudo cometer contra a humanidade presente a mais grave injúria, que é pretender endireitá-la. Não temos a presunção de imaginar, de inventar, de fabricar uma humanidade nova. Não temos nem plano nem divisa. Queremos libertar a humanidade das escravidões económicas. Libertada, livre, a humanidade viverá livremente. Livre de nós e de todos os que a terão libertado. Seria cometer a máxima prevaricação, o desvio mais grave utilizar a libertação para sujeitar as liberdades sob a mentalidade dos libertadores. Seria armar à humanidade como que uma cilada universal apresentar-lhe a libertação para a atrair para uma filosofia, mesmo que tal filosofia fosse rotulada de filosofia da razão.

Ligar ao socialismo um sistema, ligar ao socialismo, mesmo que fosse em nome da razão, um sistema de ciência, ou de arte, ou de filosofia, é literalmente cometer um abuso de confiança para com a humanidade. Atrair a humanidade para a sua libertação, a fim de a precipitar num sistema, é cometer em nome da razão a malversação que a Igreja cometeu em nome da fé. É vender à humanidade o que lhe devemos dar. É vender um objecto que não devemos deixar cair no comércio económico. É mediante uma libertação introduzir numa subserviência. Digamos ainda mais: vender à humanidade a sua libertação económica para o estabeleci-

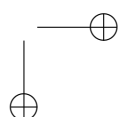
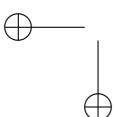


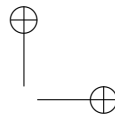
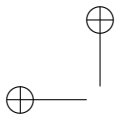


mento de um sistema não é apenas enganar e roubar a humanidade, não é tão-só trair a humanidade, não é simplesmente vender o invendível, não é unicamente laicizar a malversação da Igreja, reiterar como laico a prevaricação da Igreja, que vende aos pobres o pão pela senha da confissão, pela respeitável oração e pela sagrada comunhão, é cometer o crime mais grave para um socialista: é amodar, em vantagem sua, a própria servidão económica.

Ligar ao socialismo libertador um aumento de sistema para que tal aconteça não é apenas uma operação deselegante, feia, malandra, grosseira, de mau porte, de má cultura, de mau gosto, de mau comportamento; não é tão-só uma operação imoral, injusta, perversa, inversa e de má administração; é uma operação propriamente, particularmente contrária ao socialismo. O idealismo ou o materialismo, o idealista ou o materialista, o determinista ou o liberalista que fariam socialismo como a ideia preconcebida mais ou menos confusa de que o seu sistema será favorecido não jogariam apenas um jogo indecentemente desleal, mas o seu jogo seria uma perpétua renegação do socialismo; não jogariam apenas com batota, jogariam como burgueses. Ao utilizar para os seus fins interesseiros o desejo, a necessidade, a paixão de libertação económica, utilizariam de facto, em segundo grau, a subserviência precedente, a própria servidão da qual se pretende sair. Não exerceriam apenas uma chantagem, mas exerceriam precisamente a chantagem económica, vício específico da sociedade burguesa, do regime burguês.

Não temos de vender a terra mais do que os cristãos tinham de vender o céu. Não temos de laicizar os regateios dos clérigos. Muito longe de o socialismo se basear oficialmente num sistema de arte ou de ciência ou de filosofia, longe de tender para o estabelecimento, para a glorificação de um sistema, longe de ser materialista ou idealista, ateu ou teísta, o socialismo é, pelo contrário, o que deixará a humanidade liberta livre finalmente para trabalhar, estudar, pensar livremente. É efeito de uma singular falta de inteligência imaginar que a revolução social seria uma conclusão, um encer-

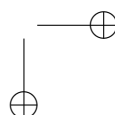
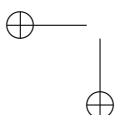


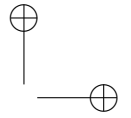
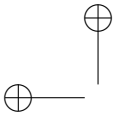


ramento da humanidade na insípida beatitude das quietudes mortas. É efeito de uma ambição ingénuo e perversa, idiota e sonsa querer encerrar a humanidade pela revolução social. Fazer da humanidade um claustro seria o efeito da mais temível sobrevivência religiosa. Longe de o socialismo ser definitivo, ele é preliminar, prévio, necessário, indispensável, mas não suficiente. Existe antes do limiar. Não é o fim da humanidade, nem sequer é o seu começo. Existe, segundo nós, antes do começo. Antes do começo existirá o Verbo.

Não se requer que as ideias sejam arrivistas nem que se façam passar por contrabando. Não se requer que sejam parasitárias, que se grudem ao socialismo como jovens infelizes se tornam os secretários dos homens influentes. O asco que sentimos pelos pequenos ambiciosos que se querem infiltrar nos empregos do socialismo ministerial e nos empregos análogos do socialismo antiministerial, senti-lo-emos pelos sistemas que gostariam de advir pelo socialismo e no socialismo. Enfim, é um abuso insuportável da autoridade paterna querer impor às novas gerações as asneiras das gerações cansadas, velhas, que nós somos. Justamente porque as teremos libertado, saberão elas, muito melhor do que nós, o que terão de pensar. A razão não procede da autoridade paterna. Não façamos, em nome da razão, votos perpétuos para nós próprios. E não os façamos para as gerações perpétuas. Deixemos a humanidade tranquila. Uma revolução que pretende desembaraçar-se dos interesses deve ser absolutamente desinteressada.

Reciprocamente é traír a razão, como se traía o socialismo, introduzir nos debates da razão pesos adicionais. No debate dos sistemas racionais, acrescentar a certos sistemas, ao materialismo, ao ateísmo, o sobrepeso das vontades socialistas, infundir-lhes a seiva e o sangue das paixões revolucionárias, é falsear o jogo da acção por intervenções estranhas à acção; mas, reciprocamente, é falsear o jogo da razão por intervenções estranhas à razão. É acarretar para certos sistemas uma importância desmedida na história do pensamento. A razão não procede da autoridade socialista, na suposição

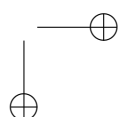
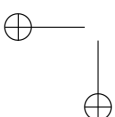


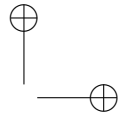
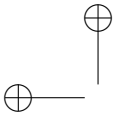


de que exista uma autoridade socialista. A razão não procede da autoridade revolucionária, admitindo que os jacobinos tenham verdadeiramente instituído uma autoridade revolucionária. A razão não depende mais das massas revolucionárias do que das massas reaccionárias ou das massas inertes. Não depende de quaisquer forças. Não depende mais dos exércitos revolucionários do que dos exércitos militares. Não depende das massas populares. Não depende da autoridade manual.

É trair a razão e é trair o povo querer estabelecer sobre o povo um governo, um mandamento, uma autoridade da razão. Mas é trair também a razão e é trair também o povo querer estabelecer sobre a razão, pela demagogia ou pela pedagogia, um governo, um mandamento, uma autoridade dos trabalhadores manuais. Entendamo-nos: os trabalhadores manuais, porque são homens, e porque têm a sua parte da razão comum, têm o direito e o dever de pensar na medida da sua competência. Mas um dos modos mais perigosos da demagogia é mascarar ao povo as suas incompetências inevitáveis, provisórias, mas provisoriamente inevitáveis. Denunciar ao povo dos trabalhadores manuais uma obra de filosofia porque se vendem setecentos e cinquenta [exemplares] na Alcan, denunciar ao povo uma obra de metafísica porque surge ali quinze vezes a palavra Deus na página 28 e noventa e duas vezes a palavra Deus na página 31, denunciar ao povo esta obra como maculada de clericalismo, digo que é jesuitismo, e digo que é Inquisição.

É jesuitismo e é duplicidade, porque o jornal tem duas clientelas, duas regiões. Se o jornal fosse lido só por intelectuais, uma inculpação de clericalismo instaurada a uma tese de filosofia – apoiada no facto de a palavra Deus ali aparecer, não seria perigosa, porque o leitor, avisado, reconheceria nela um divertimento. Um divertimento de gosto duvidoso, assaz perverso, mas, ao fim e ao cabo, um divertimento. Se o jornal fosse lido apenas por trabalhadores manuais, se o próprio autor da acusação fosse um operário manual, tal acusação seria perigosa, mas seria sincera. O que suscita a duplicidade é que um autor intelectual lance deliberadamente

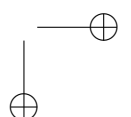
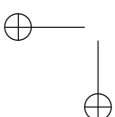


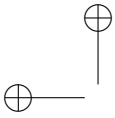


esta acusação perante um público duplo. O autor, intelectual, sabe o que é a metafísica e a teodiceia. O autor não pode crer que a sua acusação exista. E porque ele tem talento, a acusação insidiosa é enunciada em termos cuidadosamente violentos. Os intelectuais verão bem que se trata de uma boa chalaça e não desprezarão o jornalista como ignorante. Os trabalhadores manuais tomá-la-ão por dinheiro a pronto. A reputação literária ficará preservada junto dos primeiros, a reputação moral ficará a salvo junto dos segundos.

Não creio que nada seja tão perigoso para o povo e para a razão do que estes mal-entendidos de ambíguo desacerto. O Senhor Marquês de Rochefort era nisto excelente. Sabia admiravelmente inventar a calúnia que fazia sorrir as pessoas de espírito e que excitaria a emoção do povo. Tornar a calúnia assaz grosseira para que a sua grosseria advertia as pessoas atentas de que pessoalmente se está advertido; e utilizar esta mesma grosseria para suscitar uma tosca emoção do povo: era neste jogo dúplice que o Marquês de Rochefort era um jogador tido por inimitável. De todas as soluções que se podem imaginar para o problema intelectual-manual, esta é a mais injuriosa quer para os intelectuais, quer para os operários manuais, porque supõe que os intelectuais são tão sensíveis aos prazeres duvidosos de um entretenimento perverso que se esquecem dos mais simples elementos da moralidade comum, e supõe que os trabalhadores manuais são tão estimulados pela indignação grosseira que nunca se informam sobre o fundamento, sobre a verdade, sobre a justiça dos requisitórios que procuradores de complacência, que advogados gerais de jornalismo lhes atiram.

Não aceitamos esta solução injuriosa, duvidosa, dúplice. Esperando que pela mudança preliminar de plano que se nos afigura capital na futura, na próxima história da humanidade, a saúde do trabalho manual com a saúde de trabalho intelectual seja devolvida a todos os homens, esperando que a relação do manual com o intelectual se estabeleça livremente em todo o homem, já que na sociedade presente as repartições estão feitas entre indivíduos e não entre elaborações do mesmo indivíduo, da mesma pessoa, do

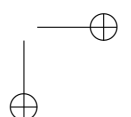
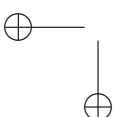




mesmo homem, já que o trabalho manual e o trabalho intelectual estão distribuídos a indivíduos diferentes, sem comunicação normal, já que, só por exceções, pouco numerosas, uns só trabalham com as suas mãos, e outros com a razão, a nossa solução será a simples solução da liberdade profissional. Pela mesma razão por que os padeiros não fazem casas, e os trabalhadores não fazem casacas, pela mesma razão os trabalhadores manuais, padeiros e pedreiros, ceifeiros, tecelões e alfaiates, não têm de fazer nem de desfazer as teses de filosofia.

Tal como se não admite a autoridade profissional do trabalhador manual sobre o trabalhador manual em corpos de ofícios diferentes, também assim se não deve admitir nenhuma autoridade profissional do operário manual sobre o trabalhador intelectual. Assim como os padeiros são ignorantes da alvenaria e os ceifeiros do corte e da tecelagem, assim também os padeiros e os pedreiros, os ceifeiros e tecelões são, enquanto tais, ignorantes da teodiceia. Esta pode ser-lhes ensinada, se houver razões para que lhes seja ensinada. Pode não ser-lhes ensinada, se houver impedimentos ou razões contrárias. Mas é bajulá-los de modo vil denunciar-lhes, por acusações políticas, um trabalho onde ainda não adquiriram a competência. Declaremos em voz alta: um professor de filosofia pode e deve fazer teodiceia quando e como a razão o exigir. E só é responsável e responsabilizável pela sua teodiceia perante a razão, perante a razão racionante, perante a razão em trabalho, perante a razão crítica.

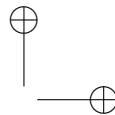
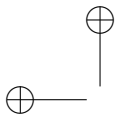
Não fundemos, não deixemos fundar uma religião da razão. Renunciámos a uma religião que nos mandava fazer abstinência na sexta-feira santa; não fundemos uma religião que nos obrigaria a comer carne nesse mesmo dia. Renunciámos a uma religião que nos ordenava crer num Deus pessoal, em três pessoas, soberanamente bom, soberanamente amável, onnipotente, criador do céu e da terra, e soberano senhor de todas as coisas; não fundemos uma religião que nos interdizia pronunciar até um nome do qual o menos que se pode dizer é que ele teve algum êxito na história



da humanidade. A razão não procede da autoridade presbiteral. Uma religião da razão acumularia todos os vícios religiosos com todos os contrários das virtudes racionais. Seria uma acumulação rara, singular, culminante, única de vícios comumente irreconciliáveis, habitualmente separados, logicamente contraditórios. Seria como que uma aposta de acúmulo. Um catecismo é insuportável, mas um catecismo da razão conteria nas suas páginas a mais terrível tirania. Ao mesmo tempo paródia e texto.

A razão não procede mais das autoridades oficiosas do que das autoridades oficiais. Nem o publicista, nem o jornalista, nem o tribunal, nem o orador, nem o conferencista são hoje simples cidadãos. O jornalista que tem trinta, cinquenta ou oitenta mil leitores, o conferencista que tem regularmente doze ou quinze centenas de espectadores exercem de facto, como o ministro, como o deputado, uma autoridade governamental. Conduzem-se hoje os leitores como nunca se deixou de conduzir os eleitores. A imprensa constitui um quarto poder. Muitos jornalistas, que reprovam com razão a fraqueza dos costumes parlamentares, fariam bem em voltar-se sobre si mesmos e considerar que as salas de redacção se comportam como os Parlamentos. Há, pelo menos, tanta demagogia parlamentar nos jornais como nas assembleias. Despende-se tanta autoridade numa comissão de redacção como num conselho de ministros; e outra tanta fraqueza demagógica. Os jornalistas escrevem como falam os deputados. Um chefe de redacção é um presidente do conselho, igualmente autoritário, igualmente fraco. Há menos liberais entre os jornalistas do que entre os senadores.

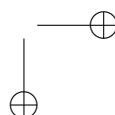
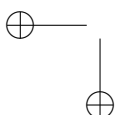
O jogo ordinário dos jornalistas é amotinar todas as liberdades, todas as licenças, todas as revoltas e, de facto, todas as autoridades, quase sempre contraditórias, contra as autoridades governamentais oficiais. “Nós, simples cidadãos”, vão eles repetindo. Querem assim acumular todos os privilégios da autoridade com todos os direitos da liberdade. Mas o verdadeiro libertário sabe entrever a autoridade em toda a parte onde ela exerce sevícias; e em nenhum lado é ela tão perigosa como onde reveste as aparências da liber-

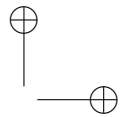
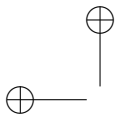


dade. O verdadeiro libertário sabe que existe verdadeiramente um governo dos jornais e dos *meetings*, uma autoridade dos jornalistas e dos oradores populares como existe um governo dos gabinetes e das assembleias, uma autoridade dos ministros e dos oradores parlamentares. O verdadeiro libertário resguarda-se tanto dos governos oficiosos como dos governos oficiais. Porque a popularidade é também uma forma de governo, e não das menos perigosas. A razão não busca a clientela. Um jornalista que joga com os ministérios e que argumenta a partir de simples cidadão não é admissível. Também isso é dúplice, e isso é demasiado cómodo.

Quando um jornalista exerce no seu domínio um governo de facto, quando tem um exército de leitores fiéis, quando arrasta os leitores pela veemência, pela audácia, pelo ascendente, meios militares, pelo talento, meio vulgar, pela mentira, meio político, e quando o jornalista se tornou assim verdadeiramente um poder no Estado, quando tem leitores tal como um deputado tem eleitores, quando um jornalista tem uma circunscrição leitoral, frequentemente muito mais vasta e muito mais sólida, não pode, depois, vir jogar-nos o jogo dúplice; não pode vir choramingar. Na grande batalha dos poderes deste mundo, não pode aplicar golpes temíveis em nome do seu poder e quando os poderes contrários lhe retorque os seus golpes, não pode ao mesmo tempo reclamar-se do simples cidadão. Quem renuncia à razão para a ofensiva não pode reclamar-se da razão para a defensiva. Seria uma deslealdade insuportável, e ainda duplicidade.

A razão não procede do terror, que é a forma aguda da força. A razão não procede da suspeita, que é a forma sorrateira do terror. O regime do terror, quer do terror governamental quer do terror popular não menos governamental, mesmo que este regime erigisse altares à razão, não é um regime da razão. O regime dos suspeitos, em que o exercício da força exercida é misteriosamente intensificado pelo medo da força passível de ser exercida, mesmo que os suspeitos fossem os inimigos da razão, e sobretudo se os suspeitos fossem os inimigos da razão, o regime do suspeitos é o

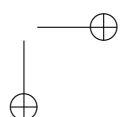
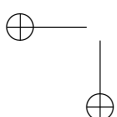


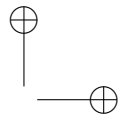
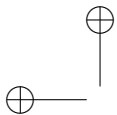


mais contrário à razão. Mas não há apenas que recear para a razão um regime oficial dos suspeitos, intensificando algum terror oficial. Mais temível ainda, mais odioso, mais inimigo da razão, mais detestável é um regime oficioso dos suspeitos, como aquele a que nos submete o governo da imprensa. Nem as denúncias caluniosas, nem as alegações sem provas são razão. A razão não é policial. Não é mais policial da imprensa do que policial do Estado.

A razão não procede sequer desta popularidade mais fina e mais séria que se obtém nas regiões de cultura. Nem as decorações de Estado, nem as distinções corporativas, nem as cooptações, nem os graus profissionais, nem as academias, nem as festas científicas, nem os cinquentenários, nem os centenários, nem as estátuas, nem os bustos, nem os nomes inscritos nas placas das ruas, nem os banquetes, mesmo se forem apelidados de jantares, nem o renome, nem a glória são propriamente razão. Tudo isso supõe alguma emulação. Ora a razão não procede pela emulação. Tudo isso supõe uma aplicação aos trabalhos da razão de grandezas que não são da mesma ordem. A razão não admite a rivalidade, mas apenas a colaboração, a cooperação. Toda a ideia de recompensas ou de punições, de sanções, mesmo que elegantes, espirituais ou psicológicas, é estranha à razão. Nas próprias ciências é, muitas vezes, difícil proporcionar as cerimónias aos trabalhos de que elas são a consagração. Nas letras, nas artes e na filosofia, isso é literalmente impossível. Pelo contrário, as obras mais fortes são também as mais inesperadas, as menos rodeadas ou as mais invejadas. Por fim, as cerimónias laicas assemelham-se sempre às cerimónias religiosas.

A razão não procede da autoridade histórica. Tal como as maiorias contemporâneas, também as maiorias históricas das gerações mortas não podem intimar a razão. Nem sempre e genuinamente revolucionária, a razão também não é sempre e verdadeiramente tradicional. Mas é genuinamente racional, e razoável. É desprezá-la querer assimilá-la ou identificá-la com a revolução; é desprezá-la também assimilá-la ou identificá-la com a tradição. Ela é a razão. E

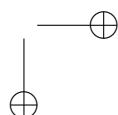
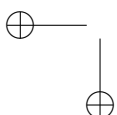


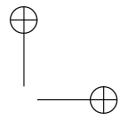
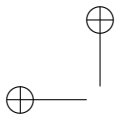


não obedecendo à revolução, não obedecendo à tradição, também não obedece à coincidência das duas, à tradição revolucionária. Pois, por um acasalamento singular, por um giro inesperado, vemos, cada vez mais, os ímpetos revolucionários cristalizar-se em formas tradicionais. Cada vez mais a revolução, que é a ruptura da tradição, tende a constituir ela própria um aparelho tradicional. E perante estas novas tradições revolucionárias, duplamente novas, enquanto tradições, porque são revolucionárias, e enquanto revolucionárias, porque são tradições, a razão não dispõe demasiado das suas duas liberdades próprias: liberdade que ela sabe preservar em face da tradição, liberdade que sabe manter frente à revolução.

Desde sempre os movimentos revolucionários, as rupturas da tradição, essencialmente livres na origem, tiveram a tendência para recair no antigo automatismo. Recomeçava assim a conservação, renascia a tradição com a mesma matéria que lhe fornecia a revolução. Mas nunca como hoje o movimento revolucionário foi amortecido em formas tão tradicionais, tão conservadoras. Por uma estranha inconsequência, ou por uma estranha insuficiência de pensamento, o precedente constituído pela Revolução francesa, pela grande Revolução burguesa, fascinou os revolucionários socialistas, fascina-os hoje mais do que nunca. As jornadas de 1830, as duplas jornadas de 1848, os meses da Comuna contribuíram para formar, completaram como que um código revolucionário. Nunca como hoje os partidos revolucionários, os comités, as comissões, os congressos, os conselhos estiveram ligados, estão ligados, estão entorpecidos, ligaram os seus comitentes e os seus cometidos com tanto cerimonial, com tanta etiqueta, com tantos hábitos, com tantos protocolos, com tanta tradição, com tanta conservação.

Por uma singular ingratidão mental, os governos revolucionários, as autoridades socialistas opõem à razão, à liberdade, de que nasceram, tradições suplementares, conservações mais que enfadonhas. A razão não deve submeter-se a estas tradições onerosas, nem porque são tradicionais, nem porque são revolucionárias. Imitar os antigos revolucionários, os velhos revoltosos, não consiste em

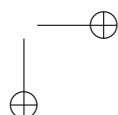
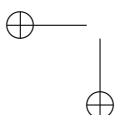


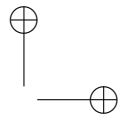
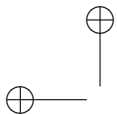


pensar identicamente, perante o mundo que conhecemos, os pensamentos que eles tinham diante do mundo que lhes era contemporâneo. Imitá-los é antes ter diante do mundo que conhecemos a mesma atitude, o mesmo sentimento de liberdade, de razão, que tinham frente ao seu mundo. Imitar servilmente, pontualmente as suas ideias, como se aceitaria uma herança inerte, morta, ter diante do mundo presente as ideias que eles tinham diante do mundo passado, recomençar os nossos antigos, que eram justamente revolucionários porque não recomençavam os seus antigos, decalcar as suas ideias, não seria imitar nem a sua conduta, nem o seu método, nem a sua acção, nem a sua vida. Não seria imitar o uso que eles fizeram da razão.

Imitar bem os antigos revolucionários é pormo-nos livremente em face do mundo como eles se postavam livremente diante do seu mundo. É usar a razão como eles a usavam, sem nenhum artifício de escola nem retardamento factício. Assim como não devemos ligar-nos à revolução social e impor às humanidades futuras os nossos sistemas, também não devemos impor-lhes sistemas herdados, mesmo que fossem herdados de revolucionários. Não devemos impor-lhes, comunicar-lhes, passando por nós, sistemas antigos. Não devemos também transmitir autoridades que não devemos instituir. A operação seria a mesma. Que o sistema imposto mais tarde, em nome da revolução, tenha nascido no meio de nós ou que nós próprios o tenhamos recebido dos nossos antepassados, o resultado seria o mesmo. Seria sempre marcar a humanidade em vez de a libertar. Seria sempre regatear e falsificar a libertação. Seria sempre oprimir a razão, fazer pesar sobre a razão livre as antigas obras de uma razão menos livre. Seria sempre amoedar a servidão económica para favorecer deslealmente o pessoal revolucionário.

Não trazemos connosco, não trazemos nem como uma invenção nem como uma herança sentimentos inéditos, fabricados expressamente para nós, e com a marca deste fabrico. Não tencionamos substituir, suprir, remeter para o armazém os velhos sentimentos que fizeram a alegria ou a consolação, a felicidade ou a beleza do

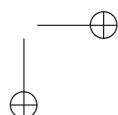
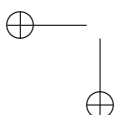


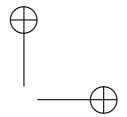
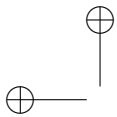


mundo. Não temos sentimentos novos que substituiriam o antigo amor, a amizade, os afectos, os sentimentos e as paixões do amor, os sentimentos e as paixões da arte, das ciências, da filosofia. Não somos deuses que criamos mundos. Não queremos tornar-nos ecónomos úteis, gerentes judiciosos, caseiros diligentes. Não exigimos criar animalidades nem humanidades, mas, modestos, exigimos que os bens económicos da presente humanidade sejam administrados o melhor possível para que, retirada das nucas a servidão económica, as cabeças livres se levantem, os corpos vivam em saúde, e também as almas.

A razão não procede da pedagogia. Tocamos aqui o mais grave perigo do tempo presente. Apesar da cumplicidade das próprias palavras, não é forçoso que a pedagogia seja demagogia. A pedagogia é que deve aspirar à razão, guiar-se pela razão, modelar-se pela razão. Não é necessário que, depois de ter sofrido por causa da nossa negligência, o povo seja hoje deformado pela nossa complacência. Não é necessário que, tendo sofrido por causa da ignorância em que foi deixado, seja hoje deformado por um semi-saber, que é sempre um falso saber. É o imenso perigo do ensino primário, de programas enciclopédicos indigestos, é ainda mais o imenso perigo do ensino primário superior, é no grau mais elevado o imenso perigo e a imensa dificuldade das universidades populares. Indivíduos admiravelmente dedicados, perfeitamente sábios, pessoas entendidas, previnem, evitam o perigo, contornam, superam a dificuldade, mas são também as primeiras que os mediram. Os que amam o primário, os professores e o povo, em vez de os explorar, estão com isso justamente preocupados.

Seria falsear irremediavelmente o espírito do povo, seria pois trair a razão mais numerosa, fazer desarraoar a razão mais numerosa, encorajar a insanidade geral, cultivar a demência e semear às mais cheias a irrazão, fazer ou deixar crer ao povo de trabalhadores manuais, aos diferentes graus do ensino primário, que o trabalho da razão obtém os seus resultados sem custo, sem esforço e sem aprendizagem. Tanto mais que o povo sabe muito bem, o

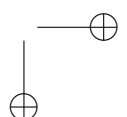
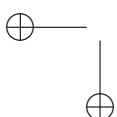


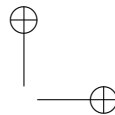
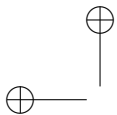


povo aceita muito bem, melhor que os burgueses, o povo conhece pela sua experiência profissional que em nenhuma ordem do trabalho manual se obtêm resultados gratuitos, dados. Em todos os ofícios manuais toda a gente sabe que importa trabalhar e que é necessário que se tenha aprendido. Com que injusta inferioridade, ou com que complacência no fundo demagógica, com que adulação se levaria a crer ou se deixaria crer ao povo que a ciência, que a arte e que a filosofia, que os trabalhos intelectuais, que os trabalhos da razão não serão tão sérios?

Seria prestar à democracia o pior dos maus serviços vulgarizar, estender ao povo dos trabalhadores o antigo preconceito nobiliário. Não é necessário que o povo já não queira tudo saber, sem jamais nada ter aprendido. Não é necessário ainda que o povo não se tenha dado ao trabalho de nascer povo. Nunca se teria a ideia de fazer pão, sem ter aprendido a panificação, nem de lavrar sem saber a lavragem. Porque se pretende então abordar grandes problemas, sem ter feito a aprendizagem indispensável? Concede-se quase à ciência que ela exige uma aprendizagem; mas nega-se isso, com demasiada frequência, às letras, às artes, à filosofia. Introduzir-se-ia assim a presunção mais perigosa; preparar-se-iam assim as decepções mais graves, as mais merecidas. O que se deve ensinar ao povo não é nem uma vaidade, nem um orgulho, é a modéstia intelectual, e esta justeza é a justiça da razão. Em vez de o encaminhar para a existência ou, o que é a mesma coisa, para a inexistência de Deus, para a imortalidade da alma, para a sua sobrevivência ou para a sua mortalidade, para o determinismo ou o indeterminismo, para o materialismo ou para a filosofia da história, ensinemos-lhe modestamente matérias mais prontas. Só isso é que será honesto. E só assim é que o respeitaremos.

Não é que queiramos proibir ao povo o acesso à razão. Pelo contrário, não queremos é que ele vá embater em falsas portas. Exigimos que avance de forma razoável, sábia, racional nas vias da razão, tão longe quanto puder, mas em toda a probidade. A razão não utiliza a mentira, mesmo que a falsidade seja mais curta. Se es-

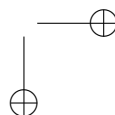
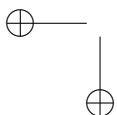


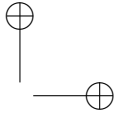
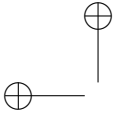


tivermos perante um auditório que não entende a demonstração do teorema aferente ao quadrado da hipotenusa, não é preciso fabricar uma demonstração falsa mas compreensível, que conduz à mesma proposição e apresentá-la ao povo com a tranquilidade preconcebida de que tal não importa, porque a verdadeira demonstração fornece uma segurança eternamente válida, uma certeza. Não, mas diz-se honestamente aos que não são geómetras: os geómetras demonstram que o quadrado construído sobre a hipotenusa é equivalente à soma dos quadrados construídos sob os lados do ângulo recto. – Não se esqueça que os grandes problemas, na sua maioria, são mais difíceis e exigem mais preparação do que o teorema do quadrado da hipotenusa.

Não é que para garantir a independência, a plena liberdade da razão, lhe queiramos instituir algum reino fora e acima da humanidade. É na própria humanidade e para a humanidade que tencionamos que a razão funcione. O interesse comum da razão e da humanidade é que a humanidade escute a voz da razão. Os dois interesses são aqui inseparáveis. Mas o funcionamento, o trabalho da razão tem isto de próprio, que neste trabalho nada se deve sacrificar ao êxito exterior. Importa que a razão penetre cada vez mais na humanidade; importa que a razão se insira cada vez mais na acção, mas com a condição de que por esta penetração, por esta inserção, a razão nunca seja desmoronada. As vantagens que a razão extrai do seu trabalho peculiar e as vantagens que a razão e a humanidade extraem da sua propagação não são vantagens da mesma ordem que se igualem e possam ser correspondentes. Mas as vantagens próprias da razão laboriosa são rigorosamente condicionais, constituem a condição indispensável sem a qual a vantagem exterior é anulada.

Deve trabalhar-se o melhor possível por fazer avançar a razão no seu trabalho próprio; deve trabalhar-se o melhor possível por fazer entrar a razão na acção da humanidade, mas estes dois esforços não são da mesma ordem; o segundo é rigorosamente condi-





cionado pelo primeiro. O primeiro é absolutamente livre do segundo.

A razão não é toda a gente. Sabemos, pela própria razão, que a força não é negligenciável, que muitas paixões e muitos sentimentos são veneráveis ou respeitáveis, poderosos, profundos. Sabemos que a razão não esgota a vida e até o melhor da vida; sabemos que os instintos e os inconscientes são, decerto, de um ser mais profundamente existente. Avaliamos no seu valor os pensamentos confusos, as impressões, os pensamentos obscuros, os sentimentos e até as sensações. Mas exigimos que não se esqueça que a razão é para a humanidade a condição rigorosamente indispensável. Sem a razão, não podemos avaliar no seu justo valor tudo o que não é razão. E a própria questão de saber o que cabe à razão e o que não cabe à razão, só pelo trabalho da razão é que podemos levantá-la.

O que unicamente exigimos, mas não o exigimos sem alguma reserva, sem alguma limitação, não é que a razão se torne e seja tudo, é que não exista nenhum mal-entendido no uso da razão. Não defendemos a razão contra as outras manifestações de vida. Defendemo-la contra as manifestações que, sendo outras, pretendem dar-se por ela e degeneram assim em irrazões. Não a defendemos contra as paixões, contra os instintos, contra os sentimentos enquanto tais, mas contra as demências, contra as insanidades. Exigimos que não se leve o povo a crer que se fala em nome da razão quando se utilizam meios que não são os meios da razão. A razão tem os seus meios próprios, que ela emprega nas artes, nas letras, nas ciências e na filosofia. Estes meios não são de modo algum desqualificados para o estudo que devemos fazer dos fenômenos sociais. Não é quando o modo de estudo é particularmente complexo, móvel, livre, difícil, que podemos dispensar-nos de um instrumento importante, ou que devemos adulterá-lo.

